

FORMAÇÃO CONTINUADA: UM DESAFIO NA AMAZÔNIA!

Juliana Seabra Laudares
UNIR
julaudares@hotmail.com

Luis Alberto Lourenço de Matos
UNIR
lumatospvh@hotmail.com

Juracy Machado Pacífico
UNIR
juracypacifico@unir.br

1

RESUMO

O presente artigo traz uma reflexão sobre as dificuldades encontradas pelos docentes da Educação Básica no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Rondônia (SEDUC) para a permanência em cursos de pós-graduação stricto sensu. O estudo foi desenvolvido a partir das experiências vividas por professores/as, cujas tentativas de cursar mestrado ou doutorado foram, de início, frustradas. Apresenta a legislação sobre formação continuada de docente, vigente no Brasil e estado de Rondônia bem como aspectos da realidade vivida por professores/as que optaram por continuar estudando apesar do Estado não proporcionar condições adequadas para isso. Adotou-se a abordagem qualitativa tendo como instrumentos de coleta de dados a análise documental e entrevistas. Na análise documental, tomou-se como documentos as leis educacionais vigentes e o Plano de Cargos, Carreira e Salários docente. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com quatro professores/as que atuam na rede pública do Estado de Rondônia. Os resultados apontam para a necessidade de políticas públicas educacionais e programas que possibilitem a materialização das leis já elaboradas, pois mesmo sendo garantida em leis e regulamentos, a formação continuada ainda não se efetivou ou se efetiva satisfatoriamente no Estado de Rondônia.

Palavras-chave: educação; qualificação profissional; docência.

INTRODUÇÃO

Nas palavras de Freire (2003; 2014) aprender é inerente ao ser humano. Temos sede de conhecimento e a busca por ele é que nos torna conscientes da nossa autonomia, entendendo a história, fatos e acontecimentos como possibilidades de mudança pessoal e social. Para o autor, é imprescindível ao profissional que atua na educação esse desejo, a reflexão do seu falar e do seu atuar dentro e fora da escola, pois é grande a sua responsabilidade na formação dos sujeitos, o que requer informação e conhecimento e capacidade de elaborar a crítica.

Qualificar-se nos dias de hoje, indubitavelmente, não se trata apenas de uma exigência social, é antes uma necessidade e satisfação pessoal. Para intervir numa dada realidade é preciso capacidade e ousadia em aprender e isso gera interesse em intervir no mundo de forma a melhorá-lo. “Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática.” (Freire, 2003, p. 39).

Não é nenhuma novidade que a tarefa docente é árdua e que muitas dificuldades se apresentem diariamente, seja pela falta de melhoria das condições de trabalho e salários, seja pela resistência recorrente dos estudantes aos modelos preestabelecidos pela instituição escolar, ou pela excessiva cobrança e intensificação na realização de atividades, geralmente, impostas pelo sistema educacional que sobrecarrega o fazer pedagógico.

Não obstante, há casos em que o valor que o professor recebe por seu trabalho não é compatível com sua capacidade profissional. Por exemplo, alguns deles gastam o que não têm ou o que não podem, fazendo grandes sacrifícios para cursarem uma especialização, mestrado até mesmo doutorado, contudo seu salário não reflete seu esforço. Além disso, os professores que estão sempre se atualizando e se capacitando, principalmente na educação infantil e no ensino fundamental, ainda têm que concorrer com aqueles que não possuem capacitação alguma na área da educação. O que demonstra o desrespeito para com aqueles que se dedicam e se preparam muito para exercer sua prática. (Sousa, 2009, p. 3).

Diante dessas dificuldades, destacamos os diversos programas e atividades extras que “surgem” na escola para o/a professor/a, desenvolver. São ações muitas vezes vindas de outras instituições, que notadamente sobrecarregam o/a profissional na escola com tarefas que poderiam ser realizadas por outros profissionais, pois demandam tempo e esforço de todos os envolvidos no espaço escolar, quando o número de profissionais que auxiliam o trabalho pedagógico é restrito ou inexistente.

Sem dúvida é importante que a escola realize atividades que favoreçam sua interação com a comunidade, abordando temas de interesse coletivo, como o cuidado com o meio ambiente, a segurança no trânsito, a prevenção contra as drogas e outros. No entanto, isso precisa ser planejado, respeitando-se a realidade de cada escola, suas possibilidades e necessidades bem como o devido auxílio de outros profissionais que não o docente.

Porém, mesmo considerando que seja possível ao/a professor/a, que atua diariamente na escola, identificar problemas de aprendizagem, de infraestrutura e/ou organizacional de forma, inclusive metódica, investigativa, já que este profissional pode assumir-se como um/a pesquisador/a, uma vez que a sala de aula é um espaço rico e propício para investigação, reconhecemos que isso exige tempo para estudar e pesquisar e, definitivamente, este tempo não é destinado e aproveitado de maneira correta, não existindo um trabalho colaborativo, tão importante no âmbito escolar. O trabalho colaborativo, aqui definido, seriam as parcerias que se estabelecem entre os pares para a resolução de situações problema, bem como o engajamento nas atividades e projetos desenvolvidos na e pela escola.

Desenvolver um bom trabalho nas escolas requer, antes de tudo, planejamento e organização, além de apoio. Isso se encontra nos pares, no coletivo, sem o qual o trabalho docente estará fadado ao desânimo e descontinuidade. Se não for dada a atenção devida para algo que necessariamente una o corpo docente em torno da pesquisa e a reflexão sobre o fazer pedagógico, dificilmente o docente irá seguir adiante com a intenção de realizar pesquisas, que poderá ser pesquisa-ação, no interior das escolas, permanecendo na mesmice diária.

Uma forma de possibilitar o incentivo para que os profissionais em educação, especialmente os/as professores/as da educação básica possam adquirir essa postura, sem desconsiderar as atividades formativas que poderiam ser desenvolvidas dentro da escola, se dá mediante a pós-graduação *stricto sensu*: mestrado e doutorado ou mesmo nas especializações. Assim descreve Tardif (2002): “Ora, se o trabalho modifica o trabalhador e sua identidade, modifica também, *sempre com o passar do tempo*, o seu “saber trabalhar” (p. 57, grifos do autor).

Essa perspectiva seria perfeitamente plausível se houvesse por parte do poder público a preocupação e a necessidade de capacitar os/as professores/as para que de fato

continuassem seus estudos seguindo a lógica da graduação e pós-graduação stricto sensu. Empoderar estes profissionais para o pleno exercício de suas funções é também os tornarem de fato pesquisadores/as. Conforme, enfatizado por Parente (2012, p. 19),

Procuramos asseverar que o ambiente escolar é considerado o lugar propício às investigações e descobertas da qualidade do ensino e da aprendizagem validando os desafios da experiência escolar como forma de aprender uma educação de melhor qualidade, acreditando que o professor precisa atualizar-se e buscar mais perspectivas de ensino sempre.

Desta forma, os/as professores/as, na busca por continuarem estudando e aprimorando seus saberes, descobrem, infelizmente, que não basta apenas passar na concorrida seleção de mestrado e doutorado, encontram dificuldades advindas do próprio sistema educacional e suas políticas, e dos próprios colegas de trabalho, que por sua vez deveriam ser os maiores incentivadores, mas que às vezes, por algumas razões não tão evidentes, colocam obstáculos intransponíveis.

A realidade apresentada por hora parece ser a mesma em outros Estados, conforme pode ser observado em algumas manchetes¹ em sites de notícias que trazem as mesmas queixas apresentadas neste estudo, por professores nos Estados de Piauí e Goiás, principalmente, com relação a ter disponibilidade de tempo para estudar.

FORMAÇÃO CONTINUADA: DIREITO, DEVER OU... É PRECISO FALAR EM DOIS ASPECTOS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDB), em seu título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, no Art. 3º estabelece que o ensino deverá ser ministrado com base em 12 princípios. O inciso VII destaca a valorização do profissional da educação escolar, o que pressupõe o reconhecimento do seu trabalho, sobretudo a importância da continuidade de seus estudos, tão necessários para uma educação de qualidade, uma vez que no inciso IX se fala da garantia de padrão de

¹ Sem incentivos, professores sentem dificuldade em fazer pós graduações. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/04/sem-incentivos-professores-sentem-dificuldade-em-fazer-pos-graduacoes.html>>; Professores da rede pública de Goiás enfrentam dificuldades para ensinar os alunos. Disponível em: <<http://omaispositivo.com.br/professora-relata-agressao-de-aluno-em-sala-deu-soco-no-meu-rosto/>>.

qualidade no ensino. É sabido que há cada vez mais cobranças em torno da escola e do que os/as professores/as precisam ensinar aos estudantes frente às exigências de uma sociedade capitalista, portanto, competitiva, o que corrobora a necessidade da qualificação profissional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96, de 24 de dezembro de 1996, em seu Art. 2º enfatiza que,

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1996).

5

No entanto, ao profissional também deveria ser dada estas mesmas condições para exercerem sua função, sendo a ele possível escolher de que forma conduzir sua carreira profissional. Contudo, o que se tem visto são exigências relacionadas às competências pessoal, pedagógica e profissional, as quais requerem muito dos/as professores/as, destacando desta forma as implicações e a importância da formação continuada para o processo de desenvolvimento profissional docente. Por outro lado as responsabilidades dos/as professores/as são muitas, conforme descrito na LDB 9394/96:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (Brasil, 1996).

Como se pode ver, são muitas as responsabilidades, mas dentre elas está inclusive, no inciso V, o desenvolvimento profissional. Por isso, a qualificação deste profissional se torna necessária e importante, pois certamente contribuirá para a promoção da qualidade de ensino, sendo um agente promotor desse processo.

A formação em nível de pós-graduação é também requisito para alguns cargos dentro da instituição, conforme se verifica no artigo 64 da LDB:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será

feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (Brasil, 1996).

Conforme o Art. 66 “A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.” Desta forma, é preciso qualificar-se, caso queria avançar na carreira do magistério, em busca de ascensão profissional.

Para os profissionais em educação que atuam na educação básica ingressar e concluir uma pós-graduação *stricto sensu* se apresenta como um desafio profissional e pessoal. “Esse desafio é o descrédito que se tem de sua capacidade como profissional juntamente com a falta de incentivo para que eles consigam de algum modo reverter essa situação” (Sousa, 2009, p. 4). Na Secretaria de Estado de Educação de Rondônia (SEDUC) isso pode ser observado na alegação, para rejeitar os pedidos de afastamento para cursar mestrado ou doutorado, dentre outros fatores, de não haver servidor para suprir a ausência daquele/a que sairá para estudar.

As exigências são tantas para se conseguir o afastamento remunerado que o profissional acaba por desistir antes mesmo de tentar, diante da certeza anunciada de que será muito difícil obter êxito, mesmo se comprometendo via documento que retornará às suas funções ao término da sua qualificação. Outra tentativa que também permite ao servidor sair para estudar é o afastamento não remunerado, mas ainda assim não é fácil conseguir e a justificativa é sempre a mesma, ou seja, não há outros profissionais contratados para fazer a substituição. Além disso, as exigências para se conseguir são muitas, conforme pode ser observado no Art. 63 da Lei Complementar nº 680/12 do Estado de Rondônia:

Art. 63. Será proporcionada licença para aperfeiçoamento profissional, consistente no afastamento profissional, consistente no afastamento do servidor de suas funções, computado o tempo de afastamento para todos os fins de direito, para frequência em cursos de especialização em instituições credenciadas, desde que:

- I – seja necessariamente identificada com a área de atuação, em sintonia com a Política Educacional ou com o Projeto Político Pedagógico da Escola e de interesse do ensino público;
- II – o servidor esteja no exercício da função por 03 (três) anos;
- III – haja efetivo suficiente para a função do requerente no desempenho normal das atividades afetas à Rede Pública Estadual de Ensino;
- IV – haja necessidade de acordo com o funcionamento do curso quando ofertado somente em horário regular e integral;
- V – não exista oferta do curso em horário diverso; e

VI – seja validado pela comissão de gestão do presente plano.

§1º. A concessão da licença que trata o caput deste artigo poderá ser de carga horária integral ou parcial, de acordo com a solicitação do servidor interessado ou por definição da Comissão de Gestão do Plano.

§2º. Para os titulares dos cargos de Profissional do Magistério e Analista Educacional da Rede Pública Estadual que solicitarem o período de licença destinada aos estudos continuados como o Mestrado ou Doutorado, serão observados os critérios especificados neste artigo, bem como a avaliação da proposta do projeto.

§3º. Caberá à Gerência de Recursos Humanos da SEDUC receber os requerimentos da licença e encaminhar à Comissão de Gestão do Plano para a avaliação de acordo com os critérios neste artigo, sendo posteriormente o resultado desta avaliação encaminhado pela Gerência de Recursos Humanos da SEDUC à Secretaria de Estado da Administração - SEAD para a respectiva publicação do ato de concessão da licença.

§4º. Caberá à Gerência de Recursos Humanos da SEDUC e à Secretaria de Estado da Administração – SEAD as anotações que se façam necessárias na ficha funcional do servidor.

§5º. Serão responsáveis solidários pela eventual despesa extraordinária, aqueles que não observarem os critérios estabelecidos neste artigo em detrimento do interesse público. (Rondônia, 2012).

Percebe-se que o incentivo dado ao desenvolvimento profissional do/a professor/a, com relação a cursos de pós-graduação *stricto sensu*, se dá somente mediante o cumprimento das exigências descritas, mas ainda assim não é garantia de sucesso, devido à falta de profissionais alegada pelo Estado. Com essa justificativa, dificilmente os profissionais terão chances de obter um afastamento remunerado ou não, para qualificar-se, já que há uma comissão que analisa os processos e, o primeiro item a ser avaliado é se haverá alguém para substituí-lo, já que a instituição não poderá arcar com o prejuízo da ausência e necessidade de um profissional.

Que condições de trabalho este profissional terá, cuja oportunidade de aperfeiçoamento profissional será motivo de preocupação e acúmulo de trabalho dentro da escola?

Nas escolas não é raro ter profissionais lecionando em áreas que não lhe são afins e o Estado sem realizar concurso público, e isso é ruim não apenas para os profissionais habilitados e que aguardam concurso público, mas principalmente para os estudantes que têm aulas com profissionais não habilitados.

Porém, está presente na LDB, no artigo 85, o direito que garante a

[...] qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória. (Brasil, 1996).

Mas para isso é preciso ter conhecimento sobre esses direitos. “Não há profissional para te substituir!” Esta frase, constantemente se aplica a qualquer situação na SEDUC, desde o pedido de licença-prêmio por assiduidade, direito do servidor público, após cinco anos trabalhados, como também à solicitação de afastamentos. Dessa maneira os direitos dos funcionários são colocados de lado como se o poder público lavasse as mãos frente a essa situação que lhe diz respeito e que precisa ser rediscutida.

A Lei Complementar nº 68, de 09 de Dezembro de 1.992 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Estado de Rondônia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, também estabelece o incentivo à graduação do servidor como descrito no Art. 57, Capítulo V – Da Jornada de Trabalho:

Ao servidor matriculado em estabelecimento de Ensino Superior será concedido, sempre que possível, horário especial de trabalho que possibilite a frequência normal às aulas, mediante, comprovação mensal por parte do interessado do horário das aulas, quando inexistir curso correlato em horário distinto ao do cumprimento de sua jornada de trabalho.

§ 1º O horário especial de que trata este artigo somente será concedido quando o servidor não possuir curso superior.

§ 2º Para os integrantes do Grupo Magistério, o benefício deste artigo poderá ser concedido, também, aos servidores possuidores de curso de Licenciatura Curta, para complementação de estudos até o nível de Licenciatura Plena.

§ 3º Durante o período de férias escolares o servidor fica obrigado a cumprir jornada integral de trabalho. (Rondônia, 1992).

De certo modo não basta ao Estado que o servidor tenha apenas a graduação, isso não é suficiente, para que haja profissionais nas escolas capazes de pesquisar e atuar em busca de melhoria e qualidade de ensino, é preciso formação continuada. Apesar da garantia de direito ao funcionário, quando acontece, este se vê obrigado a cumprir horário na escola de acordo com o inciso terceiro, intensificando seu trabalho escolar, afinal é uma dupla jornada: estudo e trabalho.

Importante dizer que não se trata de um estudo qualquer, pois culmina num esforço do sujeito para pesquisar e produzir uma dissertação em um período de dois anos, no caso do mestrado ou uma tese de doutorado em quatro anos. Isso deveria ser visto como algo bom para a tão almejada melhoria da qualidade do ensino, sendo que o conhecimento adquirido estaria sendo utilizado no trabalho deste profissional e que retornaria à escola para desenvolver sua tarefa docente, tendo maiores condições para pesquisar a realidade escolar buscando compreender as suas limitações e possibilidades.

No Plano Estadual de Educação (PEE) de Rondônia, em fase de aprovação, há um único parágrafo que traz a necessidade de pós-graduação stricto sensu. No Plano Nacional de Educação (PNE) a meta referente à qualificação do professor destaca a sua importância para a qualidade do ensino brasileiro.

E é preciso considerar que para introduzir tais prerrogativas no PNE foi preciso um movimento impulsionado por estudos afirmando a relevância da formação para a qualidade da educação. No entanto, como já dito, com a intensificação da jornada de trabalho e com a possibilidade de estudo concomitante, a possibilidade de surgimento mal-estar docente, que por sua vez desencadeia reações no organismo do indivíduo como ansiedade, cefaleia, insônia e em alguns casos se agrava em direção à Síndrome de Burnout ou até mesmo à depressão, gera ao Estado mais problemas, pois funcionários doentes necessitam de licença médica para tratamento e, portanto, é afastado do local de trabalho.

9

MÉTODO

Ao nos propormos realizar esta pesquisa com abordagem qualitativa, optamos pela entrevista como procedimento de coleta de dados, uma vez que “Lidamos então com uma fala relativamente espontânea, com um discurso falado, que uma pessoa – o entrevistado – orquestra mais ou menos à sua vontade. Encenação livre daquilo que esta pessoa viveu, sentiu e pensou a propósito de alguma coisa” (Bardin, 2011, p. 93).

Desta maneira, a intenção é trazer à tona questões referentes à qualificação profissional, certezas e dificuldades encontradas para tal, no discurso de quatro professores/as que solicitaram afastamento para cursar pós-graduação stricto sensu. Optamos pela entrevista semiestruturada, pois permite a ambos, entrevistador e entrevistado, atribuir sentido ao que se produz a partir do discurso dos sujeitos.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos envolvidos, com ressalva para que fosse mantido o sigilo com relação ao nome, cidade e local de trabalho dos mesmos. Desta forma, mediante análise temática as entrevistas foram analisadas e organizadas, seguindo esse rigor, identificando-as, apenas, pelas letras A, B, C e D.

Para Bardin (2011) e Minayo (2013), a entrevista compreende o processo de comunicação, não somente a partir da palavra, mas também pelas omissões, contradições e imperfeições, que fazem sentido e geram transformações. “Isso é particularmente

evidente nas entrevistas em que a produção é ao mesmo tempo espontânea e constrangida pela situação” (Bardin, 2011, p. 218).

Destarte, cada entrevista transcrita manteve-se fiel linguisticamente, haja vista a importância do significado dado ao conteúdo de cada uma, considerando, inclusive, a responsabilidade ética do sigilo a ser mantido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

10

As temáticas de análise se deram, a posteriori, mediante o discurso dos entrevistados, quanto à qualificação profissional e suas nuances. À construção dos temas foi observado o que mais se assemelhava nos relatos dos/as professores/as. Nesse sentido, foram estabelecidos os seguintes:

- 1) motivo pelo qual escolheu/desempenha a função de professor/a;
- 2) razão pela qual decidiu fazer uma pós-graduação stricto sensu;
- 3) mal-estar docente;
- 4) expectativas pessoal e profissional a partir da qualificação profissional;
- 5) Sentidos atribuídos pelos colegas de profissão;
- 6) ambiente e gestão escolar.

À vista do exposto, apontamos, a seguir, algumas percepções gerais obtidas pelas entrevistas, que deram origem aos temas já descritos. Importante ressaltar que até a presente data, dos quatro entrevistados, apenas dois estão em fase de conclusão do mestrado, ou seja, estão concluindo o mestrado dentro dos prazos regimentais do Programa de Pós-Graduação. Os outros dois não conseguiram levar adiante o sonho de se qualificarem na pós-graduação. Por diferentes motivos, um foi desligado do programa de mestrado na reta final e o outro abandonou o seu curso de doutorado na metade por falta de recursos financeiros.

Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema. Descobrem que pouco sabem de si, de seu “posto no cosmos”, e se inquietam por saber mais. Estará, aliás, no reconhecimento do seu pouco saber de si uma das razões desta procura. Ao se instalarem na quase, senão trágica, descoberta do seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas. (Freire, 2014, p. 39).

Embora as entrevistas tenham sido feitas individualmente cada qual com o seu próprio ritmo, foi possível identificar as mesmas queixas, portanto há semelhanças nas respostas que se apresentaram quase que uniformes, conforme veremos nas temáticas em destaque.

1 Motivo pelo qual escolheu/desempenha a função de professor/a

A questão da escolha profissional é, para muitas pessoas, a maior realização pessoal do sujeito. No entanto, a escolha da profissão docente distancia-se desta assertiva. Os/as professores/as manifestaram-se acerca dos motivos pelos quais escolheram a função de professor/a, cada qual com suas razões. Contudo, evidenciou-se que, inicialmente, o magistério não seria a opção de profissão, porém, com o passar do tempo, passaram a gostar, conforme pode-se observar:

[...] sou de uma família pobre e então tinha que trabalhar rapidamente e a profissão, a atividade acima de tudo que dá esse retorno é o magistério. [...] a outra é que, eu acho a profissão, a atividade do magistério, uma atividade muito interessante bastante enriquecedora, mesmo tendo pouco status, ganhando pouco ela ajuda culturalmente as pessoas essas duas razões que me levou ao magistério.” [...] há treze anos estou trabalhando, estou lecionando. embora com todas as dificuldades que existam no magistério continuo com a chama, dar aula é muito interessante. (Entrevistado/a A, 2015).

Na verdade, a formação em pedagogia não foi de início o que almejava, [...] mas no decorrer do curso acabei gostando e abracei mesmo o magistério.” [...] eu iniciei a carreira docente tem quatro anos e meio em sala de aula, antes disso [...] eu tinha sido aprovado num concurso do ministério público e fiquei dois anos na promotoria, então fiz o concurso do município para educação e resolvi assumir. Na escola fui bastante criticado por ter deixado a carreira jurídica e ter voltado pra educação mas é o que eu gosto de fazer. [...] Eu sempre tive vontade de fazer um mestrado e lá por ser fora da área de atuação, porque o meu curso de pedagogia na época, não valia muita coisa, eu optei por voltar para educação para ter mais chance de fazer um mestrado. (Entrevistado/a B, 2015).

Quando iniciei a carreira ainda não tinha formação na área, naquela época havia uma carência de professores no Estado de Rondônia e entrei como professora leiga, apenas tinha concluído o ensino médio, contrato emergencial, foi o início de tudo, não imaginava um dia ser da área da educação, esse não era meu sonho. [...] por força do destino cai de paraquedas na educação, foi uma experiência desafiadora, acho que naquele momento estava realizando o meu sonho de menina, quando criança adorava brincar de escolinha, imitava a profissão de professora com os meus coleguinhas e até mesmo sozinha. [...] foi desafiador e me apaixonei pela educação, deixei de lado o meu planejamento de cursar direito. Às vezes me pergunto se isso foi bom ou não. (Entrevistado/a C, 2015).

Entre e ainda permaneço na educação, acredito que, por puro comodismo. Quando ingressei no curso de pedagogia, fiz porque havia apenas este e o curso

de Letras onde eu morava. Logo, em seguida, prestei concurso e passei, fui trabalhar e daí em diante investi muito na minha carreira de docente. Me apaixonei pelos alunos, mas nunca gostei do sistema educacional, eu leciono há 18 anos. (Entrevistado/a D, 2015).

Na entrevista A, o/a professor/a relaciona a profissão do magistério como fator determinante para uma ascensão profissional imediata, mas reconhece que a profissão apresenta baixos salários e pouco status social. Ressalta também o enriquecimento cultural decorrente da profissão.

Na entrevista B é possível estabelecer uma relação com o que se apresenta na entrevista C e D. Afinal todos/as deixam claro que apesar de estarem atuando na educação, não era o curso almejado. Contudo no decorrer da graduação e profissão assumem o magistério como satisfatório. Porém, num dado momento evidencia-se nas entrevistas C e D, que o comodismo e a falta de opção foram decisivas para a escolha do curso de Pedagogia, ao ponto do/a entrevistado/a C atribuir até mesmo ao “destino” essa escolha. O que não quer dizer que ter feito Pedagogia seja a única condição por estarem atuando em sala de aula.

12

2 Razão pela qual decidiu fazer uma pós-graduação stricto sensu

É possível destacar algumas frases das quatro entrevistas que enfatizam bem o desejo pelo magistério, que podemos resumir em *busca pelo conhecimento*: “[...] as coisas estão em constante mudança o que exige de nós mudança também.”; “[...] para ter mais chance de fazer um mestrado.”; “[...] elevar o conhecimento acadêmico e científico [...]” e “sair da mesmice [...]”. Os trechos intimistas denotam uma esperança em conseguir algo melhor para si, apesar de todo movimento contrário presente na carreira e que surge na escola. Todos/as os/as entrevistados/as na assertiva de avançarem em seus estudos e adquirirem mais conhecimento e com isso, qualificarem-se, partem, primeiramente, de um desejo pessoal em busca de aprimoramento que em tese o mestrado e o doutorado possibilitariam.

Primeira coisa que posso dizer é o gosto de ajudar o outro, isso que me move que me motiva e esse desejo não está vinculado diretamente ao econômico, [...] ajudar as pessoas culturalmente, intelectualmente, educacionalmente, a sensação de que os fatos, as coisas estão em constante mudança o que exige de nós mudança também. (Entrevistado/a A, 2015).

[...] eu sempre tive vontade de fazer um mestrado, [...] optei por voltar para educação para ter mais chance de fazer um mestrado [...] (Entrevistado/a B, 2015).

O que motivou a ingressar no mestrado foi à necessidade de continuar avançando na minha formação continuada, de aprender mais, elevar o conhecimento acadêmico e científico e inserir-se na área da pesquisa. (Entrevistado/a C, 2015).

Sair da mesmice, porque a escola da forma como está organizada não possibilita ao professor avançar muito em suas produções e conhecimento, você se acostuma a rotina escolar o que acaba te deixando alienado. Por isso, desejei o mestrado para tentar abrir novas perspectivas de trabalho e de vida. (Entrevistado/a D, 2015).

O desejo em aprender e com isso ter novas perspectivas é perfeitamente compreensivo, pois, enquanto formadores de opinião, os/as professores/as necessitam estarem atualizados/as e comprometidos com a informação e o conhecimento.

13

3 Mal-estar docente

As frustrações e mal-estar docente, descritas, demonstram como a saúde do servidor é afetada quando este se sente oprimido pelo sistema educacional. Muitos/as professores/as estão adoecendo, tornando-se vítima desse sistema educacional, porque se o/a professor/a não estiver bem, possivelmente não apresentará condições nem física nem psicológica para desempenhar sua função docente. No discurso apresentado nas entrevistas C e D, o fato de não gostar mais do ambiente escolar e o distanciamento do mesmo, o esgotamento parecem ser sintomas da Síndrome de burnout, que constantemente afeta muitos profissionais de diversas áreas. O que de fato se confirmou meses depois, conforme relatado pelo/a entrevistado/a D, foi a necessidade de afastamento da escola por um período determinado de 30 dias, sendo renovável por mais 30 conforme análise de seu quadro clínico. De acordo com Trigo, Teng e Hallak (2007), “A síndrome de burnout é um processo iniciado com excessivos e prolongados níveis de estresse (tensão) no trabalho” (p. 205).

Esses dois cursos, mestrado e doutorado exigem muito, entendeu, mentalmente e intelectualmente falando existe o status de mestre, muito significativo (risos) isso causa inveja, mal estar, isso atrapalha o relacionamento entre as pessoas e no fundo, desgasta quem está realizando estes dois tipos de modalidades de pesquisa. Tem gente que fica com complexo, tem gente que fica depressiva em razão disso, há uma pressão, tem que terminar porque se não terminar é ruim para o programa, no entanto, em razão disso gera uma expectativa para quem está fazendo, porque as pessoas ficam questionando, perguntando etc. Como que uma necessidade de concluir, porque a não conclusão implica uma incapacidade. (Entrevistado/a A, 2015).

[...] desde o ano passado eu passei por três crises de ansiedade, no mês de janeiro, estive em Porto Velho, fui levar um relatório de produtividade que você tem que apresentar no final de semestre e no caminho vinha passando mal, enxaqueca. O próprio órgão da representação de ensino quando eu boto

os pés naquele ambiente, eu me sinto mal, me sinto mal pela forma como você é tratado, [...] você passa por situações em que você é humilhado. (Entrevistado/a B, 2015).

Tenho sentido muito cansaço, desânimo para as atividades sociais, literalmente não estou tendo vida social, me distanciei até dos poucos familiares que tenho em Porto Velho (por parte do meu marido), às vezes chego a pensar ainda bem que a minha família (pai, mãe, irmão, vó, tias, tios, primos) estão distantes, no Paraná. [...] Consigo observar que tenho ficado menos tolerante/paciente com as pessoas e isso tem me causado preocupação, estou me policiando direto. (Entrevistado/a C, 2015).

De fato, adoeci! Adoeci principalmente pela impotência de resolver os problemas que não foram criados por mim, ou seja, ingressar em um mestrado não deveria ser um problema para a escola e muito menos para mim. Minha memória foi afetada, me sinto constantemente esgotada e o espaço escolar não me agrada mais, quero distância do que antes gostava. Sinto que não terei condições de voltar a trabalhar na escola em que estou lotada, pelo menos por enquanto. (Entrevistado/a D, 2015).

14

O mesmo quadro de sintomatologia que é característico da Síndrome de Burnout aparece na narrativa da entrevistada C, a qual apresenta sinais de cansaço, desânimo, distanciamento afetivo, intolerância e impaciência. Na entrevista A, a questão abordada pelo/a professor/a é referente a “inveja alheia”, ou seja, os próprios colegas de trabalho não veem com bons olhos o fato do outro querer qualificar-se estando na educação e por isso dependendo da cooperação e compreensão de muitos, o que gera em muitos casos, discussões e humilhações. Além disso, existe a pressão dos prazos e exigências que precisam ser cumpridos nos programas de mestrado e doutorado, o que gera mais ansiedade e sentimento de incapacidade no sujeito caso não conclua no prazo estabelecido.

Por isso, muitos dos demais sintomas citados pelos/as entrevistados/as, como enxaqueca, ansiedade, sentimento de incapacidade, desânimo e outros, podem desencadear algo mais preocupante como a depressão e a Síndrome de Burnout, e conseqüentemente o aumento de pedidos de afastamento por licença médica, o que não é bom nem para o funcionário e muito menos para o Estado. Como descreve o/a entrevistado/a B, que se percebe preocupado/a com sua saúde devido as humilhações sofridas pelos próprios colegas de profissão.

4 Expectativas pessoal e profissional a partir da qualificação profissional

Com relação às expectativas de realização pessoal e profissional pós-qualificação, o que consta na temática quatro explicita o desejo dos/as quatro entrevistados/as em

conseguir trabalho numa instituição de Ensino Superior, haja vista as dificuldades em se manter no Estado por conta do desprendimento que tiveram na obtenção do título de mestres e doutores. Desejo este que se evidencia pelo fato das oportunidades de continuidade de qualificação serem remotas no Estado, além do mais o retorno financeiro como professores/as com título de mestres ou doutores no Estado é mínimo, ou seja, é acrescido ao salário de quem ganha 15% como especialista, 5% ao adquirir o título de mestre. Isso de acordo com a alínea n do Art. 77 da Lei Complementar nº 680/12 do Estado de Rondônia que trata das vantagens por meio das gratificações:

n) Gratificação de Titulação: destinada aos Professores Classe “C” e Analistas Educacionais pela situação em cursos de pós-graduação *latu sensu*, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, em cursos correspondentes à sua área de atuação. Mestrado e Doutorado, pelo maior título apresentado, excluindo os demais já acrescidos, nos percentuais de 15% (quinze por cento), 20% (vinte por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) respectivamente. (Rondônia, 2012).

No entanto, para deixar de trabalhar como professores/as no Estado é preciso continuar estudando para quem sabe conseguir um novo emprego, porém enquanto isso não acontece, os conhecimentos e aprendizagens advindas do mestrado e do doutorado são colocadas em prol do ensino, seja na educação básica, seja no ensino superior.

Toda pessoa que decide iniciar um estudo de pesquisa em nível de mestrado e doutorado o que ela quer? Pesquisar, gerar conhecimento, ajudar o progresso da ciência, trazer coisas novas e para isso necessita de condições. E a política educacional do Estado ela vai contra isso, embora, esteja escrito umas belas e bonitas palavras elas ficam, só, no papel. O Estado não promove pesquisa, o Estado não estimula o professor no sentido de que ele estude nestes dois níveis e se mantenha no Estado. Mas para isso teria que dar boas condições de estudo, um bom salário, salário atrativo para que ele seja um mestre ou um doutor e fique no Estado. [...] O Estado tem compromisso com números, com a estatística, então, se um mestre ou doutor se mantém no Estado ele está fadado a apenas ser um repetidor, o Estado não tem vocação para a pesquisa como eu disse. [...] O mestre e o doutor é um migrante digamos assim, intelectual para o Ensino Superior em potencial porque a instituição de Ensino Superior é que dá condições de pesquisa, de geração de conhecimento e o Estado é apenas repetidor disso. (Entrevistado/a A, 2015).

A pretensão é deixar o Estado. Por quê? Porque você faz um mestrado e você não é valorizado, tudo que você investe em formação o Estado não te dá um retorno. [...] a pretensão é fazer um concurso a nível federal, porque você fazer um mestrado, você investe dez, quinze mil reais para você ter uma gratificação de cem reais, realmente, não vale a pena se você for levar em consideração o retorno financeiro. É claro que você tem que ter essa parte financeira além do conhecimento que você adquire e que você estará aplicando isso em sala de aula, mas você tem a parte financeira, você não é um missionário que vai

oferecer o trabalho de graça para o Estado. (Entrevistado/a, 2015).

A conclusão do mestrado contribuirá para a minha permanência na carreira do ensino superior, a qual desejo continuar, melhorar a remuneração e ajuda a alcançar a meta de continuar estudando. Penso que tenho muito a aprender. (Entrevistado/a, 2015).

[...] percebo que mesmo ao concluir o mestrado, as chances de algo melhorar são poucas, ou seja, tudo depende exclusivamente de você, do seu trabalho, o sistema pouco contribui para o seu sucesso profissional. Portanto, no momento quero concluir o mestrado e só depois reorganizar minha vida profissional. Certamente espero ter novas oportunidades de trabalho, mas não quero criar expectativas com relação a isso. Infelizmente, na área da educação nem tudo acontece como poderia, o professor sempre foi e ainda continua sendo desvalorizado, mesmo tendo título de mestres e doutores. No entanto, pretendo trabalhar no Ensino Superior. (Entrevistado/a, 2015).

16

5 Sentidos atribuídos pelos colegas de profissão

Buscamos saber quais os sentidos atribuídos pelos colegas de profissão aos casos em que um colega tenha que se afastar. Seriam os sentimentos que surgem no interior das escolas, seja pelos/as professores/as entrevistados/as como também pelos seus colegas de profissão, mas a partir das narrativas dos entrevistados. O que se percebe pelas narrativas é um misto de sentimentos que se confundem e que demonstram a fragilidade das relações interpessoais frente às situações que causam dor e sofrimento aos/as entrevistados/as. Sentimentos de incompreensão dos pares e falta de apoio foram recorrentes nas narrativas, bem como a indiferença, as críticas e as reclamações pelas ausências que se fizeram e se fazem necessárias aos que cursam mestrado e/ou doutorado.

[...] o gestor ficava com aquela cara, os colegas também, mas, existem alguns caminhos que nós construíamos e construímos, digo assim, nós os mestrandos e doutorandos para tentar criar situações para estudar porque eu não tinha dinheiro para pagar uma pessoa para ficar no meu lugar. Então eu tinha colega que era de Alto Alegre e vinha de lá, sacrificava um pouco a aula dele para ficar no meu lugar, para que eu pudesse estudar. Veja que dificuldade, eu na minha dificuldade e outro também na dificuldade dele, fazíamos isso, mas os colegas, os pares da escola, não ajudavam e não ajudaram em nada. (Entrevistado/a A, 2015).

As pessoas, elas, não têm dimensão do que é fazer um mestrado, elas te tratam com indiferença, às vezes, não entendem que é preciso deslocar-se até Porto Velho, a questão das leituras, de estar participando de eventos, de congressos, você tem que cumprir essas exigências que a CAPES, o próprio programa cobra de você, [...] Eles às vezes te tratam com indiferença não sei se é questão de desconhecimento ou de inveja mesmo, de não ter vontade ou disposição de estudar e por isso vê com outros olhos o colega que está deixando o seu local de trabalho pra estudar, eles acabam às vezes até criticando. (Entrevistado/a B, 2015).

O problema, inicialmente, foram os buchichos dos colegas pelas minhas ausências no trabalho que me incomodaram bastante. Foram momentos desafiadores, o bom de tudo, que vivemos é o aprendizado e o amadurecimento

que fica. Na medida do possível tenho tentado cumprir minha carga horária de trabalho durante o dia, com certa flexibilidade, à noite (faculdade) tenho cumprido totalmente.” (Entrevistado/a C, 2015).

Os colegas te olham, me parece, com certa ‘raiva’, por você está avançado em sua carreira profissional, percebo que muitos reclamam, mas nada fazem para sair da vida que estão levando. Querem mudanças, mas nada fazem para promover essa mudança, apenas reclamam e falam mal do governo, da escola e dos próprios colegas de profissão. A classe dos professores, notadamente é desunida. (Entrevistado/a D, 2015).

Os/as entrevistados/as B e D, sinalizam diante do que passam, que é provável que os colegas que os criticam, os criticam porque na verdade acostumaram-se a reclamar e por conta disso não se sentem afeitos à mudanças, por isso os incomoda tanto o fato de ter colegas que embora estejam na mesma situação de trabalho, estão em busca de adquirir novos conhecimentos e com isso criar novas oportunidades, inclusive de trabalho.

17

6 Organização e gestão escolar

A indignação do relato do/a entrevistado/a A é muito instigante, pois refere-se a falta de interesse dos/as gestores/as em organizar o espaço escolar em favor daqueles que precisam, de certa forma, dessa organização para continuarem seus estudos. Contudo, é importante lembrar que essa organização não é simples de acontecer nas escolas, pois envolve não somente um ou outro funcionário, envolve a escola inteira e é claro que a figura do/a gestor/a nessa dinâmica é muito importante. Nas demais entrevistas como a B e D, isso também se evidencia, ou seja, os/as entrevistados/as também relatam sobre sofrer represálias no local de trabalho e de que como a organização deveria partir do/a gestor/a escolar. No entanto cabe destacar que o/a gestor/ escolar é tão servidor quanto os demais e se a política e a ação do governo não é explícita quanto ao possibilitar a formação, a licença, o afastamento, fica difícil esperar que um gestor que, ao sair do cargo, voltará a ser docente de sala de aula, assumir compromissos maiores que aqueles explicitamente permitidos pela regulamentação estadual.

[...] Aliás os gestores escolares não têm esse olhar no sentido de permitir ao professor estudar de maneira que seja remanejado. Então um professor que quer estudar em nível de mestrado o gestor, pode ser o diretor, o vice diretor, o supervisor quando digo gestor é esse caldo de gente, então eles são incapazes de criar situações que permitam o professor estudar, com a visão pequena segundo o qual o professor vai estudar atrapalha a dinâmica escolar, isso é um absurdo! Como um gestor que gerencia um espaço escolar e ele não consegue remanejar, não é nem facilitar, é remanejar para aquela pessoa que está estudando. Então, o argumento é que não há pessoa para ficar no seu lugar. (Entrevistado/a A, 2015).

[...] inclusive semana passada quando eu fui convocado pela direção da escola sobre a questão de lotação, fui até orientado pela direção que já havia reclamação, para ter cuidado com os colegas que estariam reclamando a questão das saídas!? (Entrevistado/a B, 2015).

Penso que sou uma pessoa abençoada por Deus tive uma boa compreensão das minhas chefes para cursar o mestrado. [...] Mas para compensar algumas ausências do trabalho tenho trazido trabalhos para casa e isso tem me sobrecarregado. Tento ser uma profissional proativa nos setores que trabalho e isso tem sido reconhecido pela chefia. (Entrevistado/a C, 2015).

Sem dúvida alguma, o gestor escolar, é a peça fundamental numa escola, ele com certeza, pode fazer a diferença, tanto organizacional, quanto de relacionamento entre os pares, no entanto, o que vemos são gestores oprimidos pelo sistema e que acatam todas as ordens advindas da SEDUC, não havendo diálogo dentro da própria escola. [...] O sistema cobra, exige, mas as pessoas precisam se organizar para poder ajudar umas as outras, pois, se não for assim, estaremos contribuindo para um sistema extremamente individualista e capitalista, que visa apenas, quantidade e não a qualidade. (Entrevistado/a D, 2015).

18

Na entrevista C o que se apresenta é o oposto às demais, ou seja, o/a professor/a se sente beneficiado/a pelo/a gestor/a, na medida em que pode se ausentar sem haver pressão nesse sentido, desde que cumpra com suas obrigações. Isso é uma forma de organização que acontece em algumas escolas, basta conhecer a realidade para melhor atender aos anseios dos/as envolvidos/as. Um trecho do relato do/a entrevistado/a D evidencia essa afirmação: “O sistema cobra, exige, mas as pessoas precisam se organizar para poder ajudar umas as outras, pois se não for assim estaremos contribuindo para um sistema extremamente individualista e capitalista, que visa apenas quantidade e não a qualidade.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, os/as professores/as entrevistados/as postularam suas angústias e dificuldades em concluir seu curso, mestrado ou doutorado por conta de muitos fatores, dentre eles, dificuldade em conseguir afastamento para estudar e com isso conciliar a pós-graduação stricto sensu com a carga horária de trabalho e chegam ao adoecimento devido as cobranças próprias dos cursos de mestrado e doutorado quanto a prazos e conclusão dos mesmos. No entanto, alguns se repetiram quanto às dificuldades nas escolas, na pessoa dos gestores em acolher a situação destes profissionais e com isso, reorganizar

uma estrutura escolar destinada à intensificação do trabalho sem que haja respaldo para que o professor possa estudar e assim, adquirir novos conhecimentos.

Tanto um quanto o outro professor/a e estudante necessitam avançar em seus estudos, sem os quais se tornará mais difícil qualificar-se.

Diante do exposto fica evidente que se faz urgente mudança de postura dos nossos representantes e que de fato as leis sejam cumpridas. Ao trabalhador que deseja progredir em seus estudos seja dado oportunidades reais para isso, pois não é admissível que os servidores em educação sejam constrangidos em seu direito de estudar e qualificar-se, isso é direito do servidor e obrigação do Estado e do poder público, que deveria proporcionar formação inicial, para quem ingressou na carreira sem a formação mínima, e formação continuada para todos/as os/as profissionais.

19

REFERÊNCIAS

Constituição do Estado de Rondônia de 1989. (1989). Rondônia. Recuperado em 15 junho, 2016, de <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/70438>.

DEJOURS, C. (2007). *A banalização da injustiça social*. Trad. Luiz Alberto Monjardim. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

FREIRE, P. (2003) *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, (Coleção Leitura).

_____. (2014). *Pedagogia do Oprimido*. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Lei nº 68, de 09 de Dezembro de 1992 (1992). Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Estado de Rondônia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais e dá outras providências. Rondônia. 1992. Recuperado em 10 junho, 2016, de <http://www.tjro.jus.br/inst-legislacao/inst-legisl-1992>.

Lei nº 680, de 07 de setembro de 2012. (2012). Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia e dá outras providências. Rondônia. 2012. Recuperado 22 maio, 2016 de http://www.diop.ro.gov.br/doe/07_SETEMBRO_ESPECIAL.pdf.

Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil. 1996. Recuperado em 22 junho, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

MINAYO, M.C.S. (2013). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13 ed. São Paulo: Hucitec.

OLIVEIRA, E.S.G. (2006). O “mal-estar docente” como fenômeno da Modernidade: os professores no país das maravilhas. *Revista Ciências & Cognição*. V.7, 27-41, Recuperado em 11 junho, de 2016, de <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/557>.

PARENTE, F.F.T. (2012). *Formação continuada e qualificação profissional dos professores de Sobral-CE: múltiplos olhares*, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, Recuperado em 12 maio, 2016, de <http://www.inta.edu.br/SouINTA/images/pdf/dissertacao-lusofona-francirene.pdf>.

SOUSA, A.P.R.. Dificuldades da prática docente. In: *V Encontro de Pesquisa em Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI)*, 2009. Recuperado em 25 junho, 2016, de http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2009/poster/4_Ana%20Paula%20Rodrigues%20de%20Sousa.pdf.

TARDIF, M; (2002). *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes.

TRIGO, T.R.; TENG, C.T.; HALLAK, J.E.C. (2007) Síndrome de burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos. *Rev. Psiq. Clín*, 34 (5), 223-233, 2007. Recuperado em 20 junho, de 2016, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-60832007000500004&script=sci_abstract&tlng=pt.